



PRIMEIRA

EDITORIAS

POLITICA

ECONOMIA

PAÍS/CIDADES

INTERNACIONAL

CIENCIA/AMBIENTE

ESPORTES

INFO/INTERNET

AUTO/TURISMO

HÁ 40 ANOS

COLUNAS

HELIO FERNANDES

CLAUDIO HUMBERTO

CARLOS CHAGAS

SEBASTIÃO NERY

LINDOLFO MACHADO

ARGEMIRO FERREIRA

PEDRO PORFÍRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

FATO DO DIA

OPINIÃO

TRIBUNA BIS

HOLOFOTE

DANÇA E MOVIMENTO

MODA E CIA

PONTO DE VISTA

RESTANTE

GASTRONOMIA

GELÉIA SONORA

MARCIO G.

FERREIRA NETTO

NA TV

PAÍS/CIDADES

Chuahy é acusado de fraude no novo sistema de emplacamento

Luíla de Paula

O sistema de emplacamento de carros novos, que estará sendo adotado pelo Detran-RJ a partir de amanhã, é alvo de denúncias de irregularidades. De acordo com as empresas credenciadas - mas que não foram escolhidas - o novo esquema envolve o diretor do órgão, Eduardo Chuahy, que estaria se favorecendo do cargo para obter fundos para a sua candidatura a deputado estadual.

Ele teria beneficiado duas empresas responsáveis pela confecção e fornecimento das placas alfa-numéricas, a Jet Placas e a Original Placas, que foram aprovadas sem licitação. O novo sistema exige que os carros recebam placas especiais ao custo de R\$ 25,00 cada, enquanto o preço médio é de R\$ 18,00, segundo o procurador da empresa Primus, Sebastião Nogueira Filho, uma das cinco empresas não escolhidas.

A Assessoria de Comunicação do Detran informou, ontem à noite, que o presidente do órgão não havia recebido oficialmente nenhuma intimação para prestar esclarecimentos sobre as acusações e que Chuahy deverá ser pronunciado somente hoje. Segundo Nogueira, o presidente do Detran já teria sido intimado pela 1ª Vara de Fazenda Pública e tem o prazo de 10 dias para se defender.

Nogueira explicou que o convênio foi feito de forma irregular, uma vez que não respeitou a Lei 8.666/93, que estabelece as normas gerais de licitação. A lei determina que os serviços prestados à administração pública, quando contratado de terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. "Este convênio foi feito de forma irregular, ao arrepio da lei. Apesar de o Detran ter criado um credenciamento, tendo várias empresas se apresentado, não houve licitação".

O que poderia ser um processo normal começou a se tornar ilegal

CRÔNICAS
VÍDEO
HUMOR JÊSUS ROCHA
CULTURA & MÍDIA
ROTEIRO CARIOCA
CINEMA
TEATRO
SHOW
CLASSICO
ALTERNATIVO
EXPOSIÇÕES
NOS SHOPPINGS

CONTATO
ED. ANTERIORES

quando cinco empresas foram retiradas da concorrência, devido à alteração da primeira portaria. O Detran publicou a segunda portaria exigindo que as empresas credenciadas estivessem informatizadas para fazer os lacres.

"A lei é bem clara: depois de publicada qualquer convocação, nada poderá ser alterado. Assim, o Detran teria a obrigação de cancelar a primeira convocação e publicar tudo o que desejasse na segunda. Como essas duas empresas largaram na frente, por que de alguma maneira já tinham todo o esquema pronto?" - questionou. Nogueira destacou que os custos de informatização em um curto espaço de tempo acabaram vetando as outras empresas.

Participação custaria R\$ 300 mil

A demonstração de irregularidade no processo ficou evidente quando foi enviada uma carta ao presidente do Detran, Eduardo Chuahy, para que esclarecesse como seria feita a informatização. No entanto, as empresas não tiveram resposta.

"O presidente fez uma reunião e disse que precisávamos nos entender. Depois disso, as empresas Jet Placas e Original criaram uma espécie de associação para as empresas credenciadas e fizeram uma proposta, pedindo R\$ 300 mil de cada empresa, para que entrassem no processo. Este valor seria para cumprir as exigências de informatização".

Para comprovar a falta de legitimidade do ato administrativo, o que inviabilizou a competição, as empresas credenciadas entraram com uma ação na 1ª Vara de Fazenda Pública solicitando a perícia da firma Jet Placas, com relação ao seu credenciamento.

As empresas alegam que ela não teria os equipamentos necessários. Em resposta, o advogado da empresa, Rogério Rocha, entrou com negação do pedido alegando que o Detran é um órgão competente, tendo condições de avaliar a escolha das empresas.

"Como se não bastasse todas estas irregularidades, o advogado da Jet Placas apresentou uma procuração com o endereço do deputado estadual Laprovita Vieira (PPB) ligado à Igreja Universal", acusa Nogueira.

Apesar de Rocha trabalhar em seu gabinete, o deputado negou veementemente qualquer envolvimento e disse que irá pedir esclarecimentos ao advogado. "Não tenho nada com isso. Ele não tem que oferecer o meu endereço para assuntos particulares.

Ele faz alguns serviços de advocacia e assessoria de gabinete, mas daí a fornecer meu endereço ao tratar de outros clientes é outra história", disse o parlamentar, alegando que sua participação não foi além de colaborar com o projeto para acabar com a clonagem.

A denúncia também foi entregue ao Tribunal de Contas do Estado

(TCE). Segundo Nogueira, no Estado do Rio, são emplacados 16 mil carros novos todos os meses e são mais de 3,5 milhões de carros emplacados. "O Detran está alegando que este novo sistema é para evitar a clonagem atual e, inicialmente, será adotado apenas para os carros novos e depois será ampliado aos usados, mas isso é só fachada, é brincadeira. O presidente Eduardo Chuahy está querendo fazer caixa para sua campanha", concluiu.



Juíza decreta prisão temporária de cunhado do governador do ES

[Voltar País/Cidades](#)

| [Anuncie na Tribuna](#) | [Assine](#) | [Bookmark](#) | [Gráfica Tribuna](#) |
Copyright © 2000 Tribuna da imprensa
Melhor visualizado em 800 x 600
Desenvolvimento: FMdesign

[Faint, illegible text from a scanned document, possibly a newspaper article, visible in the background.]